

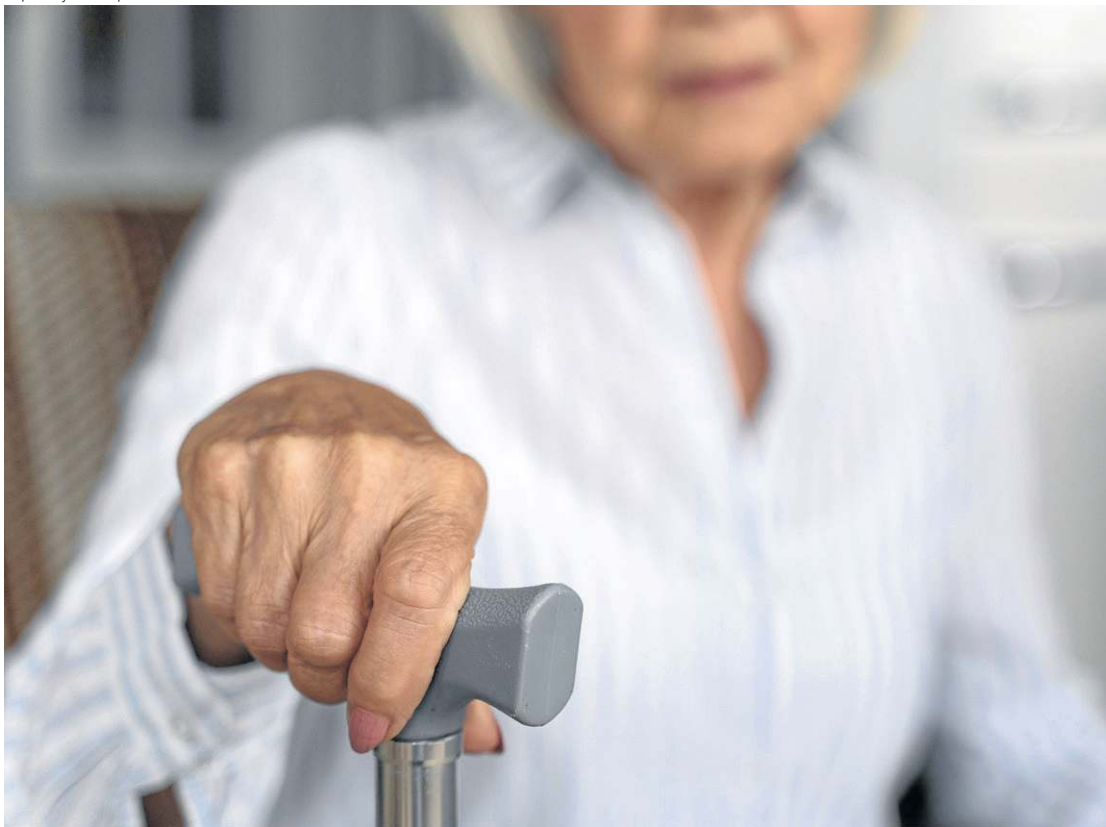


DEMOGRAFIA

Brasil envelhece e demanda cuidados

Número de idosos subiu 58,7% entre 2012 e 2025, e especialistas veem desafio para serviços públicos e para a economia

Reprodução/Freepik



Com população mais velha, país precisa se atentar para acessibilidade e aumento de gastos com saúde

» CAETANO YAMAMOTO*
» LETÍCIA CORRÊA*

O Brasil envelhece de forma cada vez mais acelerada, enquanto o ritmo de crescimento da população diminui. É o que mostrou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Domicílios e Moradores, divulgada no final da semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre 2012 e 2025, o número de pessoas com menos de 30 anos de idade caiu 10,4%, enquanto o número de idosos, com 60 anos ou mais, subiu 58,7% no mesmo período. O dado ilustra uma mudança profunda na sociedade brasileira, que requer novas formas de se pensar desde o acesso a serviços públicos, como o transporte e a saúde, até a própria economia, segundo especialistas ouvidos pelo **Correio**.

Em termos numéricos, a população com menos de 30 anos passou de 98,2 milhões, em 2012, para 88 milhões, em 2025. A queda, de 10,2 milhões de pessoas, equivale a quase a população de São Paulo, o município mais populoso do país, que tem 11,4 milhões de habitantes. Já a população de idosos saiu de 22,2 milhões para 35,2 milhões no mesmo período. Essa mudança se reflete na distribuição etária da população. A parcela de menores de 30 anos passou de 49,9% para 41,4%, e a de idosos, de 11,3% para 16,6%.

De acordo com o professor de Economia da Faculdade Eseg Maurício Nakahodo, o envelhecimento é um fenômeno ligado diretamente à maior sobrevivência, com mais pessoas atingindo a marca de 80 anos ou mais. Isso, porém, reduz a força de trabalho ativa e desacelera a expansão da economia. O analista destaca que a taxa de natalidade, de cerca de 1,7 filho por mulher, está abaixo do nível necessário para repor a perda da população, em todas as classes sociais. Nakahodo também alerta para o aumento da informalidade entre idosos, motivada pela insuficiência da renda previdenciária e pelo etarismo no mercado formal.

“De um lado, teremos menos pessoas entrando no mercado de trabalho ao longo das próximas décadas. De outro, uma população envelhecida crescente. Como a entrada de jovens na força de trabalho é um dos motores do crescimento

econômico, essa mudança demográfica tende a desacelerar a expansão da economia. Além disso, há efeitos sobre a produtividade média, que pode ser pressionada por esse desequilíbrio”, explica.

A economista e pesquisadora da PUC-SP Cristina Helena Pinto de Mello, ressalta que, no curto prazo, o envelhecimento pressiona os sistemas de saúde e previdência, assim como as famílias, já que parentes, muitas vezes, precisam deixar o mercado para cuidar de idosos. No longo prazo, a menor proporção de pessoas em idade ativa diminui o dinamismo econômico e a base de contribuintes, situação agravada pela “uberização” do trabalho, ou seja, atividades mediadas por plataformas digitais e sem vínculo formal.

Mello sugere que o país deve investir em aumento de produtividade, educação e políticas de incentivo à natalidade, como a ampliação de creches, para mitigar esses efeitos. Ao todo, a população brasileira cresceu 7,9% entre 2012 e 2025, segundo o IBGE, saindo de 197,1 milhões para 212,7 milhões. Observa-se, porém, uma desaceleração do crescimento anual desde 2013: desse ano até 2015, foi de 0,8%; oscilou entre 0,7% e 0,6% até 2020; e manteve-se em 0,4% entre 2021 e 2025. Essa desaceleração é explicada, principalmente, pela queda na natalidade.

“Há aumento da demanda por atendimento de doenças crônicas, maior uso de serviços médicos e crescimento dos gastos públicos nessas áreas. Em algumas faixas de renda, há um tensionamento em relação ao cuidado com o idoso que pode subtrair o mercado de trabalho. Alguém da família deixa de trabalhar fora para cuidar”, disse.

Já o professor da Faculdade Eseg Johnny Mendes conecta a demografia ao planejamento urbano, defendendo que o Plano Diretor das cidades deve ser encarado como uma ferramenta de política fiscal indireta. Segundo Mendes, cidades planejadas sob o conceito de “15 minutos”, como Paris, onde serviços essenciais estão a curtas distâncias, promovem a autonomia dos idosos e reduzem gastos públicos com internações e mobilidade ineficiente. Ele aponta que estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul já vivem esse perfil envelhecido, antecipando os desafios nacionais.

Escala 6x1

O fim da escala 6x1 é tido como uma ferramenta importante para incentivar o aumento da natalidade e, assim, diminuir o ritmo de envelhecimento da população. Os analistas apontam, contudo, que a medida não pode ser encarada como uma solução central. A economista Cristina de Mello destaca que uma jornada de trabalho mais equilibrada tem, sim, impacto na qualidade de vida, incentivando a escolha por filhos.

“O fim da escala pode ter efeitos indiretos, mas não é uma solução central para o envelhecimento. Uma jornada de trabalho mais equilibrada pode melhorar a qualidade de vida, produtividade e até influenciar decisões familiares, mas, isoladamente, não resolve o desafio demográfico. O impacto dependeria de como essa mudança afetaria emprego, renda e organização do mercado de trabalho”, conclui, Cristina

O professor Johnny Mendes, por sua vez, aponta que a mudança de escala, isoladamente, não resolveria nem o desafio demográfico, nem as pressões sobre o sistema previdenciário, com cada vez mais dificuldade de se sustentar ante à queda da população economicamente ativa.

Maioria feminina

O levantamento trouxe ainda dados importantes sobre a divisão de gênero na população, mantendo a prevalência feminina em todas as faixas etárias. Em 2025, as mulheres correspondiam a 51,2% da população, enquanto os homens totalizaram 48,8%. Em todas as regiões, há mais mulheres do que homens. As Regiões Nordeste (51,7%) e Sudeste (51,3%) foram as que apresentaram maiores proporções femininas, seguidas das Regiões Centro-Oeste (50,7%), Sul (50,9%) e Norte (50,6%).

O relatório mostra, ainda, que a mortalidade dos homens segue maior que a das mulheres em cada grupo etário. Por isso, a proporção masculina tende a diminuir com o aumento da idade. Há mais mulheres idosas do que homens. Entre os que têm 65 anos ou mais, o instituto aponta que há, aproximadamente, 75,9 homens para cada 100 mulheres. O dado alerta para a necessidade de maior cuidado com a saúde masculina.

ADEMI DF

Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Informativo do mercado imobiliário

Brasília-DF, 19/04/2026

Mercado imobiliário reafirma seu compromisso com a legalidade e planejamento urbano de Brasília

Qualquer discussão séria sobre o futuro de Brasília, e do Distrito Federal, deve colocar a ocupação do solo e a habitação como fator estratégico e crítico. Ao pensar em planejamento, inovação e qualidade de vida, esses fatores ganham ainda maior relevância, colocando o mercado imobiliário como parte essencial da equação.

No próximo dia 21 de abril, comemora-se o aniversário de 66 anos de Brasília, ocasião em que a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI DF) reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da capital federal, que deve ser pautado no planejamento e na legalidade. É preciso pensar o futuro da ocupação urbana com ética e responsabilidade, encerrando a dicotomia histórica entre o legal e o ilegal em que vive o mercado imobiliário do DF.

Atualmente, o Distrito Federal tem 371 áreas em processo de regularização na Secretaria de Desenvolvimento Urbano

e Habitação (Seduh). Além disso, o novo PDOT prevê a regularização de outras 28 ocupações consolidadas. Em contrapartida, a aprovação do projeto de um novo empreendimento legal pode levar mais de 24 meses.

O setor precisa de regras claras e mais celeridade na condução desses processos. A partir de uma oferta maior de lotes regulares, que amplie as áreas para incorporação e construção, o mercado imobiliário poderá construir para todos os perfis de renda da população. Este é o caminho para que, juntos, poder público e setor produtivo solucionem a mazela das invasões e grilagem de terras em nossa cidade.

A ADEMI DF e suas associadas, empresas que atuam com os mais modernos métodos construtivos e dentro da legalidade, seguem firmes na defesa da ocupação legal e ordenada do DF, prontas para contribuir por mais 66 anos de desenvolvimento e amor pela capital.

Moradia também mudou

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Domicílios e Moradores, divulgada na semana passada, mostram que as transformações demográficas refletem diretamente nos lares brasileiros. Apesar do aumento do número de domicílios, que atingiu 79 milhões em 2025, há menos casas próprias quitadas e mais pessoas morando de aluguel. Além disso, nas cidades, os prédios avançaram na proporção de imóveis residenciais, embora casas ainda sejam maioria.

Chama atenção o salto significativo no percentual de pessoas que moram sozinhas, passando de 12,2% em 2012 para 19,7% em 2025. A maioria delas são homens, representando 54,9% do total, contra 45,1% das mulheres. Ao todo, em 2025,

os lares unipessoais chegaram a 19,7% do total de domicílios, um aumento nominal de 7,5 milhões para 15,6 milhões desde 2012, aumento de 19,8%. Já o perfil de quem vive só varia por gênero: entre os homens, a maioria (56,6%) tem entre 30 e 59 anos. Já entre as mulheres, o maior grupo (56,5%) é composto por idosas de 60 anos ou mais.

A forma de ocupação dos imóveis também mudou, com uma tendência de queda na casa própria quitada. Em 2016, 66,8% dos domicílios eram próprios e já quitados, 6,2% ainda estavam sendo pagos, 18,4% eram alugados, e 8,5%, cedidos pelo proprietário. Já em 2025, 60,2% eram quitados (queda de 6,6%), 6,8% em pagamento, 24%, alugados (aumento de 5,4%) e 8,9%, cedidos. Embora as casas ainda sejam o tipo de

moradia predominante (82,7%), os apartamentos ganharam espaço e já representam 17,1% das habitações no país.

Mesmo com mais domicílios, a infraestrutura das residências ainda expõe graves desigualdades regionais. Enquanto o Sudeste possui 92,4% de abastecimento de água pela rede geral e 90,7% de acesso a esgotamento sanitário adequado, o Norte apresenta os índices mais baixos, com apenas 60,9% de acesso à água e 30,6% de saneamento básico. Além disso, a coleta de lixo ainda é precária em partes do Norte e Nordeste, onde cerca de 14,5% e 13% dos domicílios, respectivamente, ainda recorrem à queima de resíduos na propriedade. (CY e LC)

*Estagiários sob a supervisão de Victor Correia